

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Lucas Becker Delwing

**A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NAS ONDAS DO RÁDIO:
os comentários de Lauro Mathias Müller no programa Comentário de Frente, na Rádio
Independente de Lajeado (1964-68)**

Porto Alegre
julho de 2018

Lucas Becker Delwing

**A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NAS ONDAS DO RÁDIO:
os comentários de Lauro Mathias Müller no programa Comentário de Frente, na Rádio
Independente de Lajeado (1964-68)**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer

Porto Alegre
julho de 2018

Para **Sofia**,
uma senhorita de quatro patas,
que me alegrou neste percurso de pesquisa.

À professora Dra. Caroline Silveira Bauer, pela orientação e acompanhamento deste trabalho.

RESUMO

Centrado nos dois primeiros governos da ditadura civil-militar, o presente estudo tem como propósito examinar os comentários radiofônicos de Lauro Mathias Müller, apresentados, neste período, para os ouvintes da Rádio Independente de Lajeado. Como fonte de pesquisa foram utilizados os textos preparados para o programa “Comentário de Frente”, com a intenção de analisar como o radialista trazia o cenário político nacional para uma comunidade interiorana, as opiniões que emitia e os ideais que defendia para o país.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Rádio. Comunidade interiorana.

ABSTRACT

Focused on the first two governments of the civil-military dictatorship, this study aims to examine the radio commentaries of Lauro Mathias Müller, presented* in this period, to the listeners of Radio Independente from Lajeado. As a source of research, the texts prepared for the program named ‘Front Comment’ were used with the intention of analyzing how the radio broadcaster brought the national political scene to an interior community, the opinions he expressed and the ideals he advocated for the country.

Keywords: Civil-military dictatorship. Radio. Interior community.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ACIL - Associação Comercial e Industrial de Lajeado

AGERT - Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão

ARENA - Aliança Nacional Renovadora

CTB - Código Brasileiro de Telecomunicações

INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O PAPEL DO RÁDIO DURANTE OS ANOS DA DITADURA	10
2.1	RADIODIFUSÃO NO BRASIL	12
3	O BRASIL E O RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 1964 A 1968.....	18
3.1	O GOLPE E SUAS NARRATIVAS NA GRANDE IMPRENSA	18
3.2	CASTELO BRANCO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL.....	22
4	O PROGRAMA “COMENTÁRIO DE FRENTE” E OS PRIMEIROS GOVERNOS DA DITADURA	29
4.1	QUEM ERA O LAURO MATHIAS MÜLLER?	29
5	“A REVOLUÇÃO QUE ENTERROU O PASSADO”	33
5.1	CASTELO BRANCO, “O CAPITÃO DO BARCO EM FRENTE AO ABISMO”	38
5.2	“A SEPARAÇÃO DO JOIO E DO TRIGO”	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa dedica-se ao estudo do período da ditadura civil-militar brasileira, no período de 1964 a 1968, abrangendo os governos de Castelo Branco e Costa Silva, a partir do programa “Comentário de Frente”, apresentado por Lauro Mathias Müller, na Rádio Independente de Lajeado, no Rio Grande do Sul.

O objetivo deste estudo é focar as opiniões deste radialista, Lauro Mathias Müller, emitidas no seu programa referente aos dois primeiros governos da ditadura. Importante destacar que a escolha do tema tem um fator de identificação pessoal, uma vez que sou natural de Lajeado, onde a Rádio Independente está sediada. Além disso, minha família tem um vínculo com a emissora, sendo que minha mãe atua naquele espaço como jornalista desde o ano de 2001.

O meu percurso dentro da Rádio Independente iniciou em agosto de 2017, quando fui convidado para organizar o acervo histórico da emissora e integrar a comissão que está desenvolvendo o Memorial da empresa. Nesse momento, passei a ter contato com os textos preparados para o programa “Comentário de Frente”, escritos e apresentados por Müller, diretor-presidente da empresa no período de 1962 a 1998. As folhas amareladas pelo tempo, com textos datilografados e, por vezes, corrigidos a caneta, despertaram a minha atenção para o seu conteúdo, que tratava de temas que iam desde assuntos regionais até o cenário político nacional. Num primeiro olhar, pude verificar que o autor se referia ao golpe militar como “Revolução de 64”. Considerando que o maior colégio público de Lajeado tem o nome de Humberto de Alencar Castello Branco, e que na cidade de Taquari há um museu em homenagem a Costa e Silva, natural daquele município, entendi a importância de fazer uma análise dos comentários do radialista sobre os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, afim de explicitar o posicionamento de Lauro sobre o golpe e a ditadura. Para a realização da pesquisa, realizei uma seleção prévia dos textos que abordavam o tema deste trabalho, resultando num total de 22 textos a serem analisados. Importante ressaltar que nem todos os comentários apresentados por Müller, no período analisados, estão conservados no arquivo da emissora.

Com base nesses elementos, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a forma como Müller abordava o cenário político nacional neste período, de 1964-68, nos comentários que apresentava para os ouvintes da Rádio Independente de Lajeado. Incluem-se aqui os interesses em investigar o papel do rádio como fonte de informação durante a ditadura militar; em detalhar

o contexto do regime no Rio Grande do Sul.

A estrutura deste trabalho compõe-se de três capítulos. O primeiro busca conceituar o histórico da radiodifusão no Brasil, focando no período da ditadura civil-militar. Também apresenta a história da Rádio Independente de Lajeado, empresa que serviu de base para a realização deste estudo. Há ainda uma discussão sobre como trabalhar com uma pesquisa usando o rádio como fonte.

O segundo capítulo apresenta o contexto político nacional, sobre o qual e durante o qual Müller escreve os comentários analisados nesta pesquisa. Aspectos relevantes são pontuados para a compreensão histórica dos textos escritos e apresentados no programa “Comentário de Frente”. A primeira parte fala do golpe de 1964 e suas narrativas na mídia. O momento seguinte trata da consolidação do Estado de Segurança Nacional, principalmente a partir do governo de Castelo Branco, constantemente referido nos comentários de Müller.

No terceiro capítulo apresento Lauro Mathias Müller e busco compreender porque este radialista é considerado um sujeito de influência junto ao seu público ouvinte. Também aparecem apontamentos sobre a formatação e proposta do programa “Comentário de Frente” na grade de programação da Rádio Independente de Lajeado. Por fim, com base nos acontecimentos históricos da situação política do país no período de 1964-68, analiso os comentários de Müller, dividindo esta parte em três temas: o golpe, o governo Castelo Branco e a oposição.

2 O PAPEL DO RÁDIO DURANTE OS ANOS DA DITADURA

O rádio é um objeto de pesquisa pouco presente nos textos de historiadores. Ao realizar este estudo, me deparei com a ausência de uma literatura que consiga dar suporte, de forma satisfatória, como embasamento teórico às reflexões aqui propostas. Por conta disso, também busquei o olhar de estudiosos da comunicação na construção deste percurso. A escassez de produção teórica de historiadores sobre o rádio é problemática, considerando o importante lugar que esse veículo de comunicação assumiu no contexto social e familiar, principalmente a partir de 1930.

No caso da história, segundo Calabre (2004), a ausência pode ser explicada, em parte, porque até 1970 as diversas formas dos meios de comunicação não atraíam os historiadores brasileiros, uma vez que o privilégio era dado ao documento escrito e oficial. As informações da imprensa eram vistas como desprovidas de imparcialidade e, por conta disso, tinham pouco valor como material de pesquisa. Para o rompimento desse paradigma, seria importante a atuação da Escola dos Annales (BURKE, [1992]). Esse movimento historiográfico, idealizado por Marc Bloch e Fernand Braudel, no início do século passado, se opunha ao historicismo/positivismo, tendo grande relevância para abertura de portas a novas fontes e problemas de pesquisa.

Pesquisadores da área de comunicação também demonstraram insatisfação com as elaborações teórico-metodológicas sobre esse tema e sua área. Destaca-se a inquietude com o uso de transcrições, uma vez que a transmissão de rádio envolve toda uma riqueza plástica (vinhetas, músicas de fundo, efeitos sonoros, anúncios) que não podem ser captados em texto, o que explicita que o produto cultural emitido pelo rádio envolve uma complexidade composta por distintas esferas de criação, distribuição e veiculação. Artigo apresentado por Kischinhevsky et al. (2015), no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), mostra esta preocupação como seu tema central, conforme destacado no recorte abaixo:

Dificuldades de análise, dificuldades de audição, dificuldades de memória: é evidente que a pouca importância dada à mídia sonora não é compatível nem com sua relevância, muito menos, com sua complexidade desafiadora. Esta situação pode ser atribuída a uma cultura em que prevalecem discursos audiovisuais, e que parece contaminar o mundo acadêmico, hoje cada vez mais enveredando por caminhos acríticos. Este contexto reforça nossa convicção sobre a necessidade de se buscar métodos próprios de pesquisa para dar conta do radiofônico. (KISCHINHEVSKY et al., 2015, texto digital).

Calabre (2004), em artigo eletrônico referido anteriormente, aborda essa mesma questão ao citar o estudo de Jean Tardieu sobre as inúmeras potencialidades de trabalho oferecidas pelo Rádio, assim coloca:

(...) a expressão rádio representa não uma realidade monolítica (uma arte ou uma técnica), mas uma incrível soma de operações científicas e culturais, individuais e coletivas, umas antigas, outras recentes, aglomeradas, fundidas em um todo dotado de vida e matéria. Tais operações entrelaçam aqueles que produzem com os que consomem, envolvendo, assim, uma parcela significativa da sociedade nesta complexa rede. (CALABRE, 2004, texto digital).

Se o argumento desses autores, quanto à complexidade do objeto rádio para fins de pesquisa acadêmica, se deve à multiplicidade de recursos para veiculação de sua mensagem, cabe destacar que, no presente estudo, pude me valer de textos escritos pelo próprio radialista, sendo que tive acesso às folhas originais, preparadas para a apresentação do programa. O fato desse material não ter passado por uma transcrição pode ser uma garantia de maior fidelidade às ideias de Müller. Por outro lado, também são perdidos vários elementos sonoplásticos, como, por exemplo, o tom da voz do radialista empregado na apresentação dos comentários. Este pensamento pode ser visto na citação Bischoff (2005), baseada na obra de Ferrareto (2001):

(...) guardadas as proporções, pode-se comparar a comunicação radiofônica a uma palestra realizada em um enorme auditório às escuras. O palestrante fala e sua mensagem, usando um sistema de transmissão, atinge várias pessoas. Como os ouvintes não o veem, criam em suas mentes imagens com base nas alterações daquela voz sem rosto, ora irônica ou sarcástica, ora veemente e incisiva. À medida que o discurso prossegue, surgem dúvidas e questionamentos entre a platéia, que aguarda o final da palestra para externá-los. Quando isto ocorre, a participação do público já se dá fora do âmbito de um debate ou de um acréscimo de ideias. Assim comporta-se o rádio: sem o contato face a face entre os interlocutores e com um deles - o ouvinte - não possuindo a opção da resposta imediata. (BISCHOFF, 2005, [s.p.]).

Portanto, apesar de ter como fonte de pesquisa material apresentado em forma de texto, não é possível pensar nesse acervo de forma semelhante como se pensaria para a mídia impressa. Isso porque o conteúdo foi preparado para um meio de uma comunicação que tem uma lógica de funcionamento própria, diferente, por exemplo, do jornal. De certa forma, o rádio se destaca em relação a outras mídias pela velocidade da informação, por ser de fácil consumo, podendo ser ouvido mesmo quando a pessoa exerce outra atividade, alcançando públicos de todas as classes sociais. Por outro lado, a informação, semelhante a uma palestra, só pode ser ouvida uma única vez, a não ser que aconteçam reprises da programação radiofônica.

Por fim, desejo ainda acrescentar algumas considerações sobre o radiojornalismo, uma vez que o programa “Comentário de Frente” se enquadra neste gênero. Sem defender a ausência

de imparcialidade, é preciso reconhecer o lugar dos profissionais de comunicação frente às demandas da sociedade. Nesse sentido, Nelson Traquina (1993, p. 11) assim coloca:

[...] por um lado, determinam quais são os acontecimentos (assuntos e problemáticas) com direito à existência pública e que, por isso, figuram na agenda de preocupações, como temas importantes da opinião pública (é o conceito de *agenda-setting*). Por outro lado, definem o (s) significado (s) dos acontecimentos (assuntos e problemáticas), oferecendo interpretações de como compreendê-los.

O autor analisa a responsabilidade social dos jornalistas atribuindo a esses profissionais a possibilidade de autoria na construção do real. Argumenta que a elaboração de um texto, a escolha das palavras, a definição das fontes, e os recortes de falas podem mudar ou acentuar o rumo de uma notícia, ou mesmo reforçar um lado do acontecimento. “Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”. (TRAQUINA, 1993, p. 168).

Esse argumento também pode ser encontrado na noção de "fabricação" do acontecimento, desenvolvida por Patrick Champagne, em seu artigo, “A Visão Mediática”, presente no livro “A miséria do mundo”, organizado por Pierre Bourdieu (2003). Nesse texto, Champagne disserta sobre como os jornalistas, a partir de determinadas escolhas de abordagem, tema, enfoque, "fabricam" o acontecimento noticiado. A mídia, nesse sentido, configura-se como um espaço de universalização do particular, uma vez que nele interpretações particulares são universalizadas, dadas como naturais, aos receptores. Contudo, ao universalizar tais particularidades, a mídia contribuiu para a construção da própria realidade na medida em que, a sua descrição da realidade, acaba produzindo efeitos sobre ela mesma.

2.1 RADIODIFUSÃO NO BRASIL

O rádio chega ao Brasil nos anos 1920. A primeira emissora brasileira é a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923. A sua programação era basicamente cultural e educativa. O público-alvo e consumidor concentrava-se nas classes mais abastadas em virtude do alto custo dos aparelhos receptores que precisavam ser importados. No Rio Grande do Sul, as primeiras emissoras seriam criadas no final da década de vinte e nos anos 1930, sendo que a Rádio Farroupilha foi criada, em 1935, pelo próprio Flores da Cunha em homenagem ao centenário da Revolta dos Farrapos. Por coincidência ou não, nesse mesmo ano é criado o

“Programa Nacional”, que depois receberia o famoso nome de “A Hora do Brasil” e, mais tarde, “A Voz do Brasil”. Trata-se de um programa oficial do governo federal para a divulgação dos atos do Poder Executivo, depois expandido para também abordar o Poder Judiciário e Legislativo. Sofreu várias reformulações ao longo do tempo, mas o horário de difusão, às 19 horas, de acordo com o horário de Brasília, seguiu sendo o mesmo.

Naquele momento, o aparelho de rádio era uma tecnologia nova e, portanto, representava a modernidade, o futuro e o acesso à civilização ocidental, o que afinava com os ideais da época. No entanto, nesses primeiros tempos, o rádio ainda era um veículo cujo público era extremamente limitado e produzido de forma bastante amadora. A situação mudaria a partir da década de 1930 com a autorização oficial para a veiculação de anúncios. O rádio passa, portanto, a ter *fins comerciais*. Com mais dinheiro e profissionalização, mais pessoas ligam seus aparelhos radiofônicos para ouvir as músicas da época, muitas vezes, atendendo a pedidos dos próprios ouvintes, da mesma forma, como a programação foi sendo permeada por anúncios publicitários.

O dinamismo da radiodifusão, em contraste com as frias letras da mídia impressa, permitiu aproximar as distâncias uma vez que agora era possível ter informações quase em tempo de real de todas as partes do país. Essa transformação desempenhou um papel importante na criação de uma “Comunidade Imaginada” (ANDERSON, 2008) na qual os brasileiros passaram a se ver como brasileiros, isto é, pertencentes a uma mesma nação. A capacidade de difusão de ideias em larga escala também foi importante, como destaca Sodré (1982), na popularização da música, dos artistas e do futebol.

O crescimento desse veículo de comunicação foi ainda mais marcante nos anos 1940 quando grupos norte-americanos mostraram interesse em investir no Brasil. O dinheiro dos patrocinadores, aliado às regulamentações sobre publicidade, dão uma nova cara à programação radiofônica. A partir de então, o rádio atingia uma parcela maior da população, inclusive analfabetos, e tornara-se um porta-voz dos produtos dos anunciantes, sendo muitos deles provenientes dos Estados Unidos. Por tudo isso, dizia-se que seria o ápice da radiodifusão no Brasil:

Nesse contexto, o rádio viveria aquela que é considerada a sua época de ouro, caracterizada por uma programação voltada ao entretenimento, predominando programas de auditório, radionovelas e humorísticos. A cobertura esportiva também ocupa o seu espaço. O radiojornalismo, por sua vez, ganha força à medida que o país se envolve na Segunda Guerra Mundial. O veículo adquire, desta forma, audiência massiva, tornando-se, no início dos anos 50, principalmente por meio da Nacional, a primeira expressão das indústrias culturais no Brasil. (FERRARETO, 2001, p. 112-113).

Dessa forma, os anos 1940 e 1950 acompanharam uma evolução tecnológica dos meios de comunicação. O rádio, antes marcado por uma programação predominantemente cultural, passava a fazer jornalismo e a competir com o jornal como fonte de informações, sendo que, anos mais tarde, está também diante da competição da televisão. Apesar disso, antes da chegada da mídia televisiva, a radiodifusão era o meio de comunicação dominante no país. O aparelho receptor ocupava um lugar de destaque nas residências familiares, usualmente no centro da moradia onde toda a família poderia escutar ao mesmo tempo, e sua presença foi cada vez mais associada à modernização e ao futuro. Cabe também destacar a capacidade do rádio de produzir uma identificação com os locutores ou discursadores, principalmente quando se trata de uma voz que aparecia com regularidade. É claro que isso não passou desaperecido dos governantes. Getúlio Vargas foi famoso por ter utilizado as ondas do rádio para divulgar suas palavras aos brasileiros¹ e produzir um senso de identificação, especialmente com os trabalhadores.

Não há razões para crer que a ditadura civil-militar teria uma postura diferente, no entanto, a grande aposta da ditadura, em termos de comunicação, foi na mídia televisiva, ainda bastante nova no Brasil. O apoio aos grandes conglomerados multimídia que ainda hoje dominam a mídia brasileira, sendo o caso mais emblemático a Família Marinho e a Rede Globo².

No âmbito da legislação e das relações entre as emissoras de rádio e o governo, Carvalho (2013), destaca que, a partir do decreto 20.047, de 1931, e do decreto 21.111, de 1932, o país adotou um modelo autoritário segundo o qual as concessões de sinal seriam outorgadas diretamente pelo presidente e deveria atender aos “interesses nacionais”. Na prática, as empresas de radiodifusão eram mais influenciadas pelos seus anunciantes e os fins lucrativos,

¹ HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio e política: tempos de Vargas e Perón. 1992. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Departamento de Comunicações e Artes, São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131782>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

CARVALHO, Lucas Borges. A política da radiodifusão no Brasil e seu marco legal: do autoritarismo ao ultraliberalismo. **Revista de Direito Administrativo**, [S.l.], v. 264, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/14084>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio, Populismo, e Cultura: Brasil e Argentina (1930-1955). **Intercom – Rev. Bras. de Ciênc. da Com.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 23-32, jan./jun., 1996. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/896/799>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

² BEYOND Citizen Kane. Diretor: Simon Hartog. 1993.

ARÊAS, João Braga. Os Marinho: O Monopólio Brasileiro do Setor de Comunicação. In: PEDREIRA, Pedro Henrique; MOTTA, Rafael Vaz (Orgs.). **Os Donos do Capital**. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação Ltda, 2017.

mas o Poder Executivo ainda mantinha a possibilidade de intervenção estatal. O autor argumenta que essa discricionariedade administrativa era usada como moeda de troca para obtenção de apoio na mídia. Tal postura seria reafirmada no Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, que resultaria em uma estrutura administrativa que atendia os interesses do Regime Militar estabelecido posteriormente.

As rádios públicas, por outro lado, estariam sobre outra jurisdição de forma que sua história seria diferente. Com uma programação mais cultural e educativa, na contra mão da rádio comercial da época, estas abrigariam setores artísticos e educativos que, logo de cara, fariam oposição à ditadura. Como argumenta Zuculoto e Longo (2014), é o caso da rádio do Ministério da Educação, que sofreu uma intervenção uma vez que o seu diretor era vinculado a movimentos de esquerda. A Rádio Nacional, maior rádio pública do Rio de Janeiro, também sofreria intervenção, com troca forçada de gestão, e o governo exigira um relatório dos funcionários para certificar que não se encontravam vinculados a atividades subversivas.

Como podemos perceber, o rádio nasceu vinculado a elites culturais ou a interesses governamentais. Além disso, a sua difusão esteve associada com interesses comerciais dos anunciantes, aproximando o veículo das elites econômicas. Tendo isso em vista, não é surpreendente que, no âmbito do jornalismo, a radiodifusão terá um comportamento bastante similar aos jornais, isto é, vinculação com interesses de grupos políticos, sejam eles regionais ou nacionais. Alguns aspectos são verdadeiros para o interior, outros não.

Na década de 1940, os moradores de Lajeado tinham disponível a programação da Rádio Alto Taquari de Estrela. Assim, as empresas situadas em Lajeado investiam na emissora da cidade vizinha. Como havia uma rivalidade por vezes até explícita entre as duas cidades, este fato começou a inquietar as lideranças empresariais de Lajeado. Foi assim que um grupo de investidores fundou a Rádio Independente de Lajeado, que iniciou suas atividades no dia 1º de abril de 1951, num prédio que sediava a Associação Comercial e Industrial de Lajeado. O nome “Independente” vinha do desejo de se revelar independência de interesses políticos, e liberdade para criar a sua própria programação diferente da Rádio Alto Taquari, que pertencia a uma rede de comunicação chamada “Emissoras Reunidas”, fazendo com que boa parte da programação fosse transmitida em cadeia com outras rádios. (SHIERHOLT; FELDENS, p. 36).

A Rádio Independente procurou construir a sua própria imagem como uma empresa voltada aos interesses da comunidade. Cabe lembrar que, segundo dados do IBGE (1960), a taxa de analfabetismo no Brasil em 1960 atingia 46,84%, sendo que nas zonas rurais atingia 61,98%, de modo que, quando surgiu, a emissora era umas das poucas fontes de informações acessíveis para a região. Podemos perceber isso nos slogans veiculados durante a programação

da emissora: “*Uma empresa do Grupo Independente especializada no Vale do Taquari*”; “*Independente 24 horas, presente na hora que o fato acontece*”. Ainda mencionando slogans, podemos pensar que havia o desejo de mostrar o poder que a rádio tinha diante da comunidade, o que pode ser visto nesta frase veiculada antes da “Ronda Policial”, programa que trazia informações dos registros e ocorrências policiais: “*Se não queres que noticia, não deixes acontecer*”. É importante considerar que outras figuras mais estudadas, como sacerdotes, pastores evangélicos e professores, tenham difundido informações oralmente nas comunidades.

É necessário considerar que, em seus primeiros anos, a rádio no interior seguia uma temporalidade descompassada com os grandes centros urbanos. Naquela época, a programação artística, entremeada por anúncios publicitários, preenchia o horário de funcionamento da Rádio Independente, que ia das 9 às 18 horas. No acervo da emissora, em documento eletrônico (ARRUDA, 2010), que registra entrevistas realizadas com ex-funcionários, encontramos uma nota que refere a visita de João Goulart à Rádio Independente: “Ney Arruda lembra ainda da visita de João Goulart à Rádio Independente, o que foi intermediado pelo então deputado Bruno Born. Jango prometeu que iria mandar liberar a rádio em tempo integral, já que até então ela estava autorizada a transmitir das 9 às 18 horas”. A referência feita por Ney Santos Arruda, que foi o primeiro gerente da rádio, mostra o desejo que havia de conseguir liberação para operar em horário ampliado.

As primeiras transmissões esportivas ao vivo, direto do local dos jogos, datam de 1955. Depoimento do jornalista e ex-funcionário da rádio, hoje vinculado à Rede Globo, Alexandre Garcia, que está no acervo da emissora em documento eletrônico (GARCIA, 2010), mostra a precariedade tecnológica e a improvisação: “A transmissão era via telefone e às vezes não havia linha telefônica até o estádio. Então meu pai fazia ligações pelo arame farpado de cercas, que serviam de fio (de telefone)”. É importante referir que, até hoje, a Rádio Independente prioriza as relações familiares no seu quadro de funcionários, como consta na citação acima em que Alexandre Garcia e seu pai, Oscar Chaves Garcia, eram colegas de trabalho.

O radiojornalismo chegaria ao Vale do Taquari por influência de Müller, filho de um dos sócios, Pedro Albino Müller, e integrante da primeira diretoria no cargo de suplente. Müller frequentava entidades do meio jornalístico como a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (AGERT) onde, inclusive, mais tarde, ocupara o cargo de presidente. Buscando referências nesses espaços e baseando-se em jornais de circulação nacional e estadual, Lauro passou a incrementar a programação da emissora com notícias e informações jornalísticas.

Com a nova estrutura da programação dando mais espaço para o radiojornalismo, a emissora passou a ter um lugar importante na informação da população da região nos mais

diversos segmentos como política, economia, e assuntos culturais. Até mesmo porque, em muitos lugares, era a única fonte de informação disponível. Diante disso, com a intenção de preservar a proximidade com a audiência, onde o radialista dirige-se ao ouvinte de forma direta e em tom de conversa, Müller passou a apresentar os “Comentários de Frente”, dos quais falaremos no terceiro capítulo.

3 O BRASIL E O RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 1964 A 1968

Neste capítulo pretendo abordar o cenário político, principalmente o nacional entre os anos 1964-1968, que compreende os anos de governo de Castelo Branco e Costa e Silva. O objetivo é contextualizar o momento no qual Müller escreve seu programa e também sobre o que ele escreve. Na primeira parte, abordarei os discursos e narrativas que permearam o golpe de 1964. Como veremos depois, provavelmente Müller foi influenciado pelas publicações jornalísticas veiculadas nesse período, já que deviam servir de referência para a construção do seu pensamento crítico. Essa suposição está baseada no fato de que, ao ter contato com o acervo de comentários, percebi que havia entre as folhas recortes de matérias desses jornais. Na segunda parte, procurarei abordar as tramas de acontecimentos em torno do controle do poder político, no período (1964-68), definido pela autora Rodeghero (2008) como “Operação Limpeza”, marcado pela cassação de mandatos, expurgo de funcionários público e perseguição de movimentos de oposição.

3.1 O GOLPE E SUAS NARRATIVAS NA GRANDE IMPRENSA

O afastamento de João Goulart do cargo de presidente da República não foi possível sem a formação de um bloco da imprensa contra o governo. Tradicionalmente ligada às ideias liberais e conservadoras, a grande imprensa brasileira buscou consolidar uma determinada leitura da situação nacional que exigia a derrubada de Jango. A exceção pode ser creditada ao jornal Última Hora, ligado ao legado de Getúlio Vargas e que teve suas sedes no Rio de Janeiro e Recife depredadas alguns dias após o golpe. Comprado pela família Sirotsky, retornaria meses depois sob o título de Zero Hora, agora alinhado com o projeto golpista. (MAESTRI, 2010).

Napolitano (2017) destaca o Jornal do Brasil, muito influente na época, que na sua edição de 13 de setembro de 1963 publicou um editorial cujo título era “Basta”, anunciando a palavra de ordem que seria a senha para a derrubada de Jango alguns meses depois. Segundo o autor, a partir daí as leituras diferentes sobre o governo de Jango passaram a convergir para uma narrativa que interessava ao projeto golpista. Desse modo, os jornais foram fundamentais na conspiração que resultaria na Ditadura Militar.

As reformas de base propostas por Jango e apoiadas por amplos setores da sociedade

civil eram inseridas pela imprensa no contexto da Guerra Fria e, caso esse projeto triunfasse, o Brasil daria largos passos ao comunismo, o que significava a subversão da ordem social, ameaça à propriedade e à economia de mercado. Dessa forma, a ruptura com a constitucionalidade era justificada uma vez que o presidente estava rompendo com o que se entendia como a ordem natural das coisas.

A fim de salientar essa leitura, era importante atribuir o estigma de “comunista” a João Goulart. Se não fosse ele um comunista convicto, era refém dos movimentos sociais radicais liderados pelo seu cunhado, Leonel Brizola, ou pelo Partido Comunista Brasileiro. De comunista, o João Goulart só tinha os votos e alguns amigos. O Partido Comunista Brasileiro adotou a partir de 1958 a tese da “Revolução Brasileira Nacionalista” e, por isso, defendia o governo de Jango pois via nas suas reformas como uma etapa essencial para a construção do Socialismo. A filiação política e programática de Jango era no PTB e no trabalhismo varguista e, no entanto, a simples aproximação difusa do governo com o Comunismo, por mais frágil e questionável, foi o suficiente para causar a sensação de que o caos estava iminente.

Tratava-se de uma estratégia de explorar o medo e a noção de que o caos estava no horizonte para fins políticos. Pode-se pensar essas lógicas e os mecanismos de repressão da ditadura civil-militar na configuração de um terrorismo de Estado. Através de um sofisticado aparato institucional de repressão e órgãos de informação, a ditadura implementou racionalmente uma “cultura do medo” (BAUER, 2014), que tinha por objetivo a coerção física e psicológica da sociedade. Para tanto, foi fundamental a elaboração da noção do “inimigo interno”, contra o qual era aplicado uma lógica de guerra e eliminação semelhante ao “inimigo externo”, que estava do outro lado da “fronteira ideológica” e, dessa forma, entrava dentro do grande guarda-chuva diabólico da “subversão”.

Dessa forma, essa noção seria particularmente importante para a busca obsessiva da “segurança nacional” na ditadura civil-militar, mas já estava presente na sociedade civil através da imprensa e dos discursos políticos que justificariam o golpe de 1964. O governo João Goulart e suas reformas de base foram inseridas no contexto difuso de comunismo, trabalhismo e getulismo, desordem, corrupção e subversão dos valores morais. Tudo cabia na categoria de subversão, que era deliberadamente ampla e inclusiva e, ironicamente, perfeita para justificar uma política restrita e excludente.

Essa leitura permitia atribuir um caráter reativo ao movimento golpista, ou seja, a intervenção militar se fez necessária pois a ordem social estava comprometida pelos inimigos internos, agentes da subversão. Nesse sentido, os apoiadores do Golpe de 1964 se viam como defensores de um conjunto de valores sociais e políticos, entre eles, a própria democracia.

Dessa forma, a grande imprensa criou o clima para que o movimento golpista se sentisse mais amparado pela opinião pública ou, ao menos, pela “opinião publicada”. As noções de “comunismo”, “subversão”, “desordem” e as imagens que essas palavras invocavam no imaginário das pessoas desempenhou um papel importante no Golpe de 1964. Mas não podemos esquecer que esse discurso destinava-se a alvos mais concretos e específicos. Como argumenta Napolitano (2014, p. 46-47):

A classe média, ainda tributária do elitismo dos profissionais liberais que serviam às velhas oligarquias, acrescida de um novo grupo de profissionais assalariados ligados ao grande capital multinacional, se viu acossada pela crise econômica, tornando seu eterno pesadelo do descenso social, a “proletarização”, uma realidade plausível no curto prazo. Ainda mais em um contexto em que os proletários e camponeses se organizavam em movimentos que, no fundo, buscavam melhores condições de vida. Na lógica particular da classe média brasileira, a ascensão dos “de baixo” é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social. Como os que estão na cobertura têm mais recursos para se proteger, quem está mais perto da base da pirâmide social se sente mais ameaçado. Não por acaso, o fantasma do comunismo encontrou mais eco nesses segmentos médios. As classes médias bombardeadas pelos discursos anticomunistas da imprensa e de várias entidades civis e religiosas reacionárias acreditaram piamente que Moscou tramava para conquistar o Brasil, ameaçando a civilização cristã, as hierarquias “naturais” da sociedade e a liberdade individual.

Nesse sentido, as Reformas de Base, ao melhorar as condições de vida das classes baixas, poderiam rebaixar socialmente a classe média. Situação que já estava no horizonte por força da crise econômica e da inflação. Além disso, o discurso anticomunista representava os interesses do setor empresarial, que desprezava a aproximação de Jango com os movimentos sociais e clamava um governo no qual o custo do trabalho, ou seja o salário mínimo e outros encargos destinados ao trabalhador, fosse reduzido, o que aumentaria, por consequência, a margem de lucro. Como veremos no capítulo a seguir, o modelo econômico adotado pela ditadura civil-militar viria justamente para atender a essa demanda.

Para a construção desse cenário, foi particularmente importante a participação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959. Operavam como verdadeiras fábricas. Desde o começo dos anos 60, financiaram, produziram e difundiram uma grande quantidade de programas radiofônicos, de televisão e matérias nos jornais carregados de discurso anticomunista (DREIFUSS, 1981). Políticos como João Goulart e Juscelino Kubitschek eram suspeitos de se enquadrar no comunismo mundial e, portanto, representavam um obstáculo para a consolidação da civilização ocidental. Nas eleições estaduais, serviram como intermediário para o financiamento norte-americano de candidatos anti-Jango através da aliança para o progresso.

Naquela época, o Rio Grande do Sul já vivia uma polarização política no governo estadual. Em 1951, foi eleito Ernesto Dornelles (PTB), que representava o trabalhismo; em seguida, Ildo Meneghetti (PSD), representante dos conservadores, teve seu primeiro mandato no governo estadual; e Leonel Brizola (PTB), líder dos trabalhistas, foi o seu sucessor no governo do Estado. Em 1962, um ano após os eventos marcados pela Rede da Legalidade, Ildo Meneghetti é eleito novamente, garantindo o executivo estadual novamente para a oposição de Jango. Ao contrário de Brizola, Meneghetti tomaria o lado dos conspiradores. Como assinala Wasserman (2014), no final de 1963, manifestou publicamente a sua preocupação com os riscos de “comunização” do país, uma vez que o presidente João Goulart era próximo dos comunistas.

No momento do golpe, o governador Meneghetti e seus aliados golpistas abandonam Porto Alegre com a finalidade de evitar um confronto direto uma vez que Brizola e o novo comandante do III Exército, Ladário Pereira, dirigiam-se até a capital gaúcha. Desde Passo Fundo, o governador lança um manifesto reafirmando o seu apoio ao golpe civil-militar. No dia seguinte, João Goulart encontra-se com Brizola em Porto Alegre, onde o ex-governador procurava constituir uma nova rede da legalidade. A recusa do ex-presidente enfraquece o movimento que acaba sendo derrotado. (MAESTRI, 2010).

Dessa forma, ainda que mirasse em Moscou e demais espantalhos vermelhos, o discurso anticomunista encontrava um alvo muito mais concreto nos políticos que defendiam uma política nacionalista, como João Goulart, Brizola, Miguel Arraes, apoiada por Francisco Julião, Ligas camponesas. Na perspectiva dos conspiradores, o legado de Getúlio Vargas, tal como entendido pelos trabalhistas, também era algo a ser combatido já que colocava a possibilidade de uma “república sindical”, tal como Perón supostamente havia feito na Argentina. Serviam de alimento para esse pensamento o histórico golpista de Vargas e a aproximação desse com João Goulart, que havia sido Ministro do Trabalho no governo Vargas do período democrático (1951-1954), momento em que propôs um brutal aumento do salário mínimo.

Concluindo, ainda que de forma ideologicamente confusa, a oposição ao Jango logrou em associar a pauta das Reformas de Base como a antessala do comunismo. Somou-se a isso, a acusação de que a corrupção era da natureza do “populismo de esquerda”. Além da suposta incompetência administrativa e a fraqueza pessoal da liderança de Jango, segundo alguns controlado pelos “radicais”, como seu próprio cunhado Brizola. Nesse quadro discursivo, o golpe concretizado em 1964, portanto, seria uma reação para salvaguardar os valores ocidentais e a própria democracia que estavam sobre ameaça pelo governo de Jango e os comunistas. Esse mesmo raciocínio, posteriormente, emcabearia a teoria dos “Dois demônios”, segunda a qual, os anos pré-golpe foram marcados por tentativas golpistas de “ambos os lados”, isto é, tanto os

políticos da direita como da esquerda estavam procurando saídas antidemocráticas. Caio Toledo (2004) critica tal tese ao demonstrar que, por mais que no período houve uma radicalização discursiva nas lideranças de esquerda em torno das Reformas de Base, nenhuma atitude prática foi tomada para assumir o governo à força. Nenhum dinheiro de origem soviética fora encontrado. Muito pelo contrário, quando os militares se assentaram no poder, pegaram as forças progressistas de surpresa e desarmadas.

3.2 CASTELO BRANCO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL

Com o golpe em abril de 1964, forma-se um novo governo sobre, nas palavras de Aarão (2014), uma “heterogênea aliança”. A conspiração para a derrubada de Jango havia obtido sucesso, mas após essa etapa, não estava claro para todos o que manteria os golpistas unidos. Apesar de muitos pontos em comum, o projeto golpista podia abrigar diferentes projeções nem sempre convergentes para o país. Por força disso, a ditadura civil-militar seria marcada por disputas internas e negociações em relação a quais seriam os rumos adequados para a dita “Revolução de 64”. Além disso, estavam em disputa o teor dos ideais revolucionários e até onde o regime poderia ir para garantir a “segurança nacional”. O nome que pareceria ser capaz de conciliar esses diferentes interesses era o do general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Uma das primeiras ações do governo foi o decreto do Ato Institucional 1, que por tempo determinado, permitia que o Poder Executivo pudesse realizar cassações, decretar estado de sítio e limitava os poderes do Congresso, que já se encontrava enfraquecido por força da criação da junta militar com o nome de Alto Comando da Revolução. Consta no preâmbulo do decreto que a iniciativa visava restaurar a democracia, uma vez que a mesma se encontrava em perigo, e eliminar o que era entendido como subversão, isto é, o inimigo interno. Imediatamente, estabeleceu-se uma contradição entre os grupos que davam prioridade à questão da Segurança Interna e os que valorizavam a “Restauração Democrática”, isto é, um governo de transição que realizasse novas eleições em 1965.

O AI-1 seria o primeiro passo do que se tornaria a estrutura de um Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1984) cujo objetivo era exterminar os inimigos internos, as ideologias estrangeiras e os subversivos. A força e a rapidez com que o governo reprimiu logo nos seus primeiros meses impediu a oposição de reagir. Dentro da perspectiva do governo, essas

cassações constituíam um “saneamento” da política e limpariam o legado destrutivo dos governos anteriores.

Desse modo, os primeiros alvos dessas cassações foram deputados da oposição ligados ao getulismo, João Goulart ou Juscelino Kubitschek, mas, também, funcionários públicos e militares contrários ao golpe foram afastados, além de que sindicalistas e estudantes também sofreram repressão e intervenção estatal. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul estaria entre as mais atingidas. Um total de oito deputados do PTB foram cassados, restando apenas 15 que formavam uma minoria parlamentar. (WASSERMAN, 2014). Dessa forma, a Ditadura Civil-Militar não hesitou em adotar uma série de medidas destinadas a eliminar quaisquer núcleos potenciais de oposição política.

Além da repressão, o governo Castelo Branco também procurou lançar as bases para uma nova política econômica. Com o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e a sistemática redução do valor real do salário mínimo, a ditadura civil-militar procurou uma forma de desenvolvimento específico que se diferenciava dos governos anteriores. Como argumenta Paul Singer (2014), o golpe civil-militar ocorreu no Brasil no momento em que a hegemonia keynesiana ainda não havia sido questionada e, portanto, era amplamente aceito o papel do estado como agente ativo para o desenvolvimento industrial. Isso explica porque a ditadura brasileira vai se comportar no plano econômico de forma diferente da ditadura no Chile e na Argentina, ambas marcadas pela forte influência do neoliberalismo. O principal objetivo econômico da ditadura civil-militar nos primeiros meses era conter a inflação e, para isso, sobreria para os trabalhadores assalariados o ônus de ver o seu salário reduzido a cada reajuste. A repressão aos sindicatos mais combativos e a proibição das greves também faziam parte dessa política que buscava, sobretudo, criar um mercado de baixa custo de mão de obra para o setor empresarial.

Contudo, para a oposição parlamentar uma fase de relativa flexibilização das pressões repressivas começou com o fim da vigência do AI-1. Os partidos políticos dispuseram de um relativo fôlego para se organizar e desafiar o Estado nas eleições estaduais que estavam agendadas para 1965. Moreira Alves (1984) assinala que o perfil de classe da ditadura civil-militar ficava mais evidente nesses ciclos de liberalização que estavam dispostos a afrouxar a repressão, especialmente para os setores da elite de oposição, o que não incluía os trabalhadores e os estudantis.

No curto período democrático de 1945 até 1965, as eleições para governador foram diretas e não necessariamente coincidiam com o Legislativo, variando conforme a Constituição Estadual vigente. O Rio Grande do Sul e outros estados haviam realizado eleições em 1962,

mas outros estados realizariam sua última eleição estadual direta em 1965. O governo procurou impedir que a oposição chegasse ao poder através da Lei das Inelegibilidades, que tornava impossível a candidatura daqueles que demonstrassem incompatibilidade com os objetivos da “Revolução”. Ainda assim, a oposição conseguiu se organizar e ganhou em estados-chave, como Guanabara e Minas Gerais.

A resposta da Ditadura foi dura e direta. Poucos meses depois, Castelo Branco decretou o Ato Institucional 2, que mudaria as plataformas políticas do Brasil. O decreto, mais uma vez, limitava os poderes do Legislativo e abolia todos os partidos políticos, criando dois novos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Ação Revolucionário Nacional (ARENA). Em seu próprio quadro legal, o Estado começou a constituir novas bases e instituições para o poder político. Soma-se a isso, o retorno os expurgos e as cassações dentro do quadro legal vigente. O rompimento arbitrário e/ou a eliminação das antigas estruturas estatais deixou claro que o que estava surgindo não tratava-se somente de uma ditadura, mas de uma estrutura política nova que visava a institucionalização.

Nesse sentido, frustraram-se as expectativas dos que acreditaram que o governo Castelo Branco teria um caráter transitório e somente afastaria João Goulart para realizar novas eleições em 1965, que foram canceladas com a extensão do mandato de Castelo até 1967. Muitos golpistas de primeira hora, como Carlos Lacerda, iriam se decepcionar com os rumos do regime, que na sua perspectiva havia se distanciado dos ideais originais. A questão da segurança nacional, em outras palavras, a eliminação do que se entendia como subversão, foi tratada como privilégio pelo governo militar e a legitimação do poder foi preterida. A situação ficou ainda mais dramática, quando, três meses depois das eleições estaduais de 1965, o governo militar decreta o seu terceiro Ato Institucional estabelecendo que as eleições para governador seriam indiretas por maioria absoluta nas assembleias legislativas. Assim, como a maior parte do Partido Social Democrático (PSD) gaúcho, Ildo Meneghetti incorporou-se à Aliança Nacional Renovadora (ARENA), partido de sustentação, apesar de abrigar vozes destoantes, contudo, teve seu mandato encurtado em setembro de 1966 para a posse de Walter Peracchi Barcelos, indicado em convenção do seu próprio partido e eleito na Assembleia Legislativa. Esse candidato enfrentou a oposição de Ruy Cirne Lima, apoiado Partido Libertador, um dos primeiros apoiadores do regime militar a romper com o mesmo. Com a vitória de Peracchi, o Partido Libertador adere ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) gaúcho que já abrigava militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). (WASSERMAN, 2014).

O enfraquecimento do MDB por força das cassações seria importante para a aprovação

da nova Constituição Federal com viés autoritário e destinada a consolidar o Estado de Segurança Nacional. Contudo, as cassações, junto das decretações de atos complementares, decretos-leis, e demais autoritarismo por parte do Executivo não foram recebidas pelo Congresso sem contestações. Dentro da própria ARENA houveram vozes contrárias à escalada autoritária. Adauto Cardoso (ARENA), então presidente da Câmara dos Deputados, expressou sua frustração pelo não cumprimento da promessa de Castelo Branco de não realizar mais cassações e recusou-se a reconhecer a legitimidade das mesmas, determinando que os candidatos continuassem a exercer suas funções (ALVES, 1984). A partir daí, instalou-se uma severa crise entre o Executivo e o Legislativo. Como resposta ao conflito, Castelo Branco, em 20 de outubro de 1966, fechou o Congresso Nacional por um mês. Nesse período, o Executivo poderia assumir as funções do Legislativo.

Com o fechamento do Congresso, o governo possuía maior margem de manobra para formular a nova Constituição, mas a aprovação em Congresso ainda era considerada importante para a legitimação do documento. Dessa forma, o Congresso foi reaberto para uma sessão extraordinária para votação em relação à Constituição proposta. No curso espaço de tempo disponível, o Congresso somente foi capaz de discutir algumas emendas, incluir umas poucas e aprovar o texto. A Constituição de 1967 fornecia os fundamentos para uma ordem política institucionalizada sobre a égide do autoritarismo. O documento aprovado criava um Estado onde o Executivo tinha enorme margem para legislar, principalmente em matérias envolvendo “finanças públicas” e “segurança nacional”. Também foi incluída a Lei de Imprensa, que restringia a liberdade de expressão e estabeleceria a censura prévia, inserindo a figura do censor nos quadros jornalísticos.

Em março de 1967, enfim, Castelo Branco deixaria o poder e morreria logo depois em um acidente aeronáutico. O seu sucessor, Costa e Silva, assumiria com o compromisso de restabelecer os processos políticos representativos normais e as regras democráticas, afinal, a partir do seu mandato, o prazo de vigência dos Atos Institucionais estava encerrado, embora muitas leis foram transferidas ou adaptadas para a Constituição em vigor. Na realidade, o governo estava interessado em oferecer concessões políticas limitadas à oposição em troca de apoio ilimitado e sua legitimação. Os congressistas, contudo, ainda sentiam os duros golpes do governo anterior e a diminuição da sua influência nos processos decisórios. Nesse momento de relativa liberalização para a elite política, os líderes da oposição eleitos em 1966 prestaram apoio aos crescentes protestos estudantis e sindicais na denúncia dos atos repressivos do Executivo.

O ano de 1968 seria marcado por protestos estudantis por todo o país, além de

importantes greves, como a de Osasco, mostrando que o movimento sindical combativo ainda resistia. Especialmente nesse ano aconteceram muitos eventos externos que estimularam o espírito de protesto como o Maio na França, a Guerra do Vietnam, a Primavera de Praga, mas, também, o que acontecia a nível nacional, como a morte do estudante Edson Luis, servia de motivo para ocupar as ruas. Segundo Wasserman (2014), o governo estadual gaúcho de Peracchi Barcelos foi marcado pela intensa repressão aos protestos estudantis. As passeatas de recepção dos calouros na UFRGS foram aproveitadas para denunciar a ditadura que estava se impondo. O maior protesto foi em 1968, quando os estudantes gaúchos tentaram ocupar a Praça da Matriz e foram duramente reprimidos pela Brigada Militar.

Nesse contexto, apoiadores de primeira hora do golpe e antigos partidários do regime, como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, passaram para a oposição. Em 1967, ambos integraram um movimento político que formariam um amplo espectro de opiniões e posturas diversas. A Frente Ampla também contava com a participação de dois ex-presidentes. Juscelino Kubitschek, que estava com seus direitos políticos suspensos por dez anos, e João Goulart, exilado em Montevideú. No evento conhecido como o Pacto de Montevideú, Lacerda e Goulart, antigos adversários políticos, reuniram-se para lançar um documento que constituía em características comuns para a formação de um partido político em bases amplas. Para os militares no poder, a frente era especialmente ameaçadora uma vez que ela era capaz de atrair representantes dos políticos conservadores e liberais que havia apoiado o golpe, mas estavam descontentes com os rumos do país. Mais uma vez, o governo reagiu de forma implacável. No início de abril de 1968, o governo decretou que a Frente Ampla estava proibida de realizar comícios, reuniões e passeatas. Além disso, o Departamento de Polícia Federal (DPF) deveria recolher livros, panfletos, revistas, jornais e qualquer outro material vinculado à Frente Ampla.

O discurso de Márcio Moreira Alves que pedia para a sociedade civil boicotar a parada militar em comemoração ao 7 de setembro, e que as mulheres recusassem a namorar os militares que se silenciavam diante da repressão ou tomavam parte ativa nela, foi o estopim. Tendo ferido o patriotismo e a frágil masculinidade do corpo militar, o discurso de Márcio foi recebido pelos militares como uma prova de que o regime precisava endurecer, mas o Executivo não podia cassar o seu mandato sem tramitação no Congresso por virtude da vigência da Constituição de 1967. Em agitada sessão, o Congresso vota contra a suspensão da imunidade parlamentar, votação uniu o MDB e alguns da ARENA, que optaram por violar a norma de fidelidade partidária.

Moreira Alves (1984) entenderia esse conflito como o desdobramento de uma contradição presente desde a origem do governo militar uma vez que a cooptação das lideranças

políticas, nos períodos de flexibilização, para garantir ao Estado uma legitimidade estável e duradoura se tornou impossível por causa da prioridade concedida a busca absoluta do que se entendia como Segurança Nacional. Restava, então, a necessidade de coerção social, que, por sua vez, também estabelecia uma particular relação com as medidas econômicas e o modelo de desenvolvimento praticado.

A crise institucional sobreveio porque os elementos democráticos da Constituição davam à oposição alguma margem de manobra, graças à qual podia invocar os altos objetivos democráticos e exigir maior participação popular nas decisões do governo – negadas por restrições contidas em outros trechos da constituição. O clima de liberalização que se seguiu à promulgação da Constituição, em março de 1967, também permitiria que os sindicatos se reorganizassem e protestassem contra o declínio dos salários e das condições de vida provocado pelas medidas econômicas do governo. Por outro lado, os setores preocupados com a busca da segurança absoluta e com a manutenção da segurança interna considerariam tais protestos como evidência de uma infiltração comunista. Aplicaram, assim as outras partes da Constituição – aquelas que garantiam a Segurança Nacional e a defesa de um modelo específico de desenvolvimento. (p. 111).

Dessa forma, a Doutrina de Segurança Nacional teve prioridade e, menos de 24 horas depois da votação, o texto do Ato Institucional 5 foi decretado, fechando o congresso por tempo indefinido e suspendendo as garantias constitucionais. A rapidez dessa ação pode ser explicada pelo fato de que, com o decreto, já estava sendo elaborada uma resposta aos movimentos estudantis e sindicais que haviam recebido força e apoio em 1968. No novo quadro legal, o Executivo poderia fechar o congresso em qualquer momento, cassar mandatos indefinidamente, suspender direitos políticos por dez anos, demitir, suspender ou aposentar funcionários públicos ou juízes, decretar estado de sítio e o direito *habeas corpus* estava suspenso em casos de crimes contra a Lei de Segurança Nacional. Além disso, era permitido que o Executivo pudesse legislar por decreto, algo que, como vimos, já estava acontecendo. Diferente dos atos institucionais anteriores, esse não tinha prazo para sua vigência. Com tal medida, poderes extraordinários tornaram-se ordinários e o Estado se corporificaria no Executivo. Napolitano (2017) entende da seguinte forma as mudanças introduzidas por essa medida:

A edição do AI-5, em dezembro de 1968, não apenas marcou o fim de um ciclo político do regime militar, reforçando seu caráter discricionário e autoritário, mas também exigiu uma mudança de perspectiva sobre o golpe e as esperanças de um novo arranjo político de curto prazo que pudesse ser minimamente apresentado como “democrático” e “constitucional”, mesmo dentro dos limites conceituais do liberalismo conservador brasileiro. O reforço do Poder Executivo e a submissão completa dos direitos e garantias individuais diante de qualquer suposta ameaça à Segurança Nacional, exigiam muita ginástica retórica para qualificar o regime como uma “obra em construção” na direção de uma vaga “democracia”, bem como para preservar qualquer ideal “democrático” contido no momento do golpe (p. 9).

É por isso que o AI-5 é usualmente referido como um “golpe dentro do golpe”. Alguns apoiadores entusiasmados do golpe e dos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar foram pegos de surpresa e sentiam que os ideais originais haviam sido traídos, outros entendiam como um passo necessário para o progresso do país, mas dificilmente ficaram sem reavaliar a sua posição à luz dos fatos recentes. Em geral, dependia de quanto aceitava-se o argumento de que o Brasil estava infestado por sujeitos subversivos que precisavam ser afastados ou eliminados. Essa nova medida alterava o cenário político dramaticamente e explicitava que o Brasil viva sobre uma ditadura que não manifestava nenhuma intenção em retornar aos quadros institucionais democráticos. Nós viemos para ficar. É isso o que estaria escrito no preâmbulo dos Atos Institucionais caso fossem espaço propício à sinceridade.

Este capítulo abordou as narrativas que permearam o golpe de 1964 e os acontecimentos em torno do controle do poder no período dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva. A partir desse cenário, no próximo capítulo, me atenho à análise das colocações feitas por Lauro Mathias Müller no programa intitulado “Comentário de Frente”, elaborado e apresentado por ele na Rádio Independente de Lajeado.

4 O PROGRAMA “COMENTÁRIO DE FRENTE” E OS PRIMEIROS GOVERNOS DA DITADURA

Este capítulo é dedicado a uma análise do programa “Comentário de Frente” em face à abordagem dada à política nacional e às tramas em volta do poder, segundo o panorama histórico traçado no capítulo anterior. Num primeiro momento, pontuo as relações que Müller estabelecia com seus ouvintes e porque ele se tornou uma figura tão influente na região. Em seguida, apresento a formatação e o propósito do programa, para depois desenvolver uma análise do conteúdo dos comentários.

Dividi a análise nos três temas que mais chamaram a minha atenção, seja pela frequência com que apareciam, seja pela contemporaneidade de algumas das ideias apresentadas. Primeiro, busco entender o que Müller fala sobre golpe de 1964, qual é o lugar desse evento na história, e o problema da democracia, que nunca desapareceu de seu programa. Em seguida, tematizo o governo de Castelo Branco, que recebeu inúmeros elogios em seus comentários. Procuro entender o que poderia ter atraído atenção especial do radialista, dado que Costa e Silva, por exemplo, originário de Taquari, na qual recebeu um museu em sua homenagem, aparece em comentários muito mais técnicos, embora sempre em forma de apoio. Por fim, analiso como Müller entende a oposição, especialmente a parlamentar, uma vez que a luta armada, os movimentos sindicais e estudantis não ganham destaque no seu programa. O que exatamente a oposição parlamentar representava aos olhos de Lauro para ser tão odiosa, e qual seria a lógica na sociedade daquela época para ser considerado aceitável a repressão ao parlamento?

4.1 QUEM ERA O LAURO MATHIAS MÜLLER?

Müller nasceu em 1928, na cidade de Lajeado (RS), filho de Pedro Albino Müller e de Otília Rockenbach. Casado com Lya Raia Müller, teve os filhos Viviane e João Pedro, atual diretor do Grupo Independente. Após o primário e o curso ginásial com os Irmãos Maristas no Colégio São José, diplomou-se Técnico em Contabilidade, no ano de 1948, na Escola Técnica de Comércio São José.

Iniciou sua vida profissional atuando na casa comercial de propriedade do seu pai, localizada no centro de Lajeado. Quando tinha 22 anos de idade, seu pai associou-se a um grupo

de amigos para fundar a Rádio Independente. Müller também quis integrar-se aos sócios-fundadores. Vibrou com a instalação da emissora. Mesmo sem vínculo empregatício, já dava assessoria na mesa de som e na redação de notícias.

Seu trabalho alastrou-se de tamanha forma que proporcionou grandes empreendimentos à comunidade lajeadense, entre os quais, a fundação da Tropical FM, a criação da Revista Stalo e a Independente Vídeo, como segmentos do Grupo Independente. Já no meio dos anseios comunitários fundou a Sociedade Lajeadense de Auxílio aos Necessitados, União Lajeadense de Estudantes Secundários e criou o Prêmio Alicerce como desejo de recompensar quem trabalha em prol do desenvolvimento das comunidades locais e regionais. Para Lauro, a amizade era um tesouro valioso a ser cultivado com grande respeito e ampla reciprocidade, o que sempre conservou quando se dirigia a alguém ou a alguma comunidade que estava auxiliando, pois para que tudo funcionasse, tinha que sempre ser levado em conta o ser humano e o seu potencial. Seu trabalho junto às comunidades locais foi de extrema valorização, pois sua divulgação era vasta e sensata. (SCHIERHOLT; FELDENS, p. 79-80).

Esse trecho do livro intitulado “Rádio Independente 60 anos no ar” mostra que a empresa procura ler o sujeito como provido de valores morais, especialmente a causa da radiodifusão em prol dos anseios comunitários. Segundo o livro, na gestão de Müller, a rádio foi responsável por realizar diversas atividades com a comunidade local, eventos como festas, gincanas e práticas esportivas. Esses atrativos eram uma forma de trazer os ouvintes para a emissora e reponder a uma demanda comunitária por visibilidade local. Representantes desses eventos eram chamados para entrevistas com o objetivo de divulgar programações, assim como no dia da realização dos mesmos, Müller e funcionários da rádio, participavam das atividades.

Em razão da sua grande visibilidade social na região do Vale do Taquari, foi convidado em diversas ocasiões para candidatar-se a deputado federal por vários partidos. Segundo o livro acima referido, o principal motivo de ter negado a candidatura foi a dedicação à família, um valor defendia inclusive diante do microfone. Da mesma forma, entendia que como radialista poderia fazer muito mais pela comunidade do que como participante direto na política. Müller teria revelado a seus íntimos que a derrota de seu pai, Pedro Albino Müller, para prefeito municipal também pesara na sua decisão.

Como já dito anteriormente, Müller foi o principal responsável por trazer o radiojornalismo ao Vale do Taquari, buscando referência nos meios de comunicação de grande porte para adequar à realidade local. Através de sua atuação na Rádio Independente, conseguiu acumular considerável prestígio na sociedade do Vale do Taquari. Destacam-se a cobertura da política nacional, estadual e regional e o movimento das enchentes, fenômeno que atinge inúmeras famílias da região, até hoje, dependentes do dinamismo da radiodifusão para evadirem

de suas casas em situações de alagamentos.

Posteriormente ao período estudado nesta pesquisa, sua influência atingiria outras áreas. Em 1976, foi eleito vice-presidente da mantenedora do Hospital Bruno Born, à época, único hospital da região, sendo várias vezes reeleito, até 1988. Além disso, foi diretor, vice-diretor por quatro administrações e presidente por três anos consecutivos da AGERT e vice-presidente, em três exercícios consecutivos da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

Após seu falecimento em 1998, tornou-se uma das figuras lembradas em Lajeado em desfiles e logradouros públicos, inclusive tendo uma escola colocado seu nome como homenagem póstuma. Na sede do Grupo Independente, localizada na Avenida Pedro Albino Müller, nome de seu pai, podemos encontrar frases de Müller expostas nas paredes, como uma forma de perpetuar o seu legado para os atuais funcionários da empresa. Também está em fase de elaboração um memorial no qual muito se dirá sobre sua pessoa, projeto do qual faço parte desde o ano de 2017. Se por um lado as gerações mais jovens pouco conhecem sobre a sua história, por outro, as ideias que professou em vida continuam influenciando o pensamento da região.

Müller demonstrava ter admiração pela política e por temas sociais. Para manifestar a sua posição diante da audiência, mantinha um quadro que ia ao ar de segunda a sexta-feira, intitulado “*Comentário de Frente*”. Os textos eram datilografados em folhas de ofício, sendo que algumas vezes ainda passavam por correções feitas a caneta.

A rigor, o programa tratava da sua posição pessoal em relação ao tema escolhido. No entanto, é necessário lembrar que Müller foi diretor da empresa entre 1962 até o ano de seu falecimento, em 1998, portanto sua voz era a voz do próprio diretor da rádio. Esse fator pode ser contribuído para que Müller escrevesse o seu programa em terceira pessoa, como se pudesse ser entendido também como um editorial da emissora.

Müller demonstrava antipatia com as ideias trabalhistas e socialistas. Essa posição pode ser considerada em concordância com os objetivos da empresa, desde a fundação, uma vez que no terceiro artigo dos estatutos originais, datados de 1950, consta, entre outras coisas, que a rádio se propõe a “pugnar pela manutenção e consolidação do regime democrático, combatendo pelos meios a seu alcance toda e qualquer ideologia extremista, especialmente o comunismo”. (SCHIERHOLT; FELDENS, p. 23). Como veremos a seguir, a noção de democracia vai ser reavaliada no programa segundo os acontecimentos políticos mais recentes.

Nos seus comentários, também mostrava preocupação em disponibilizar informações culturais aos seus ouvintes, especialmente para as pessoas que moravam na zona rural, onde

não havia nenhum outro veículo de comunicação, até mesmo porque a energia elétrica era estendida somente para as regiões mais próximas à sede do município. Assim, em seu programa, falava de suas viagens pelo Brasil, trazendo particularidades de cada lugar. Certa vez, em viagem pela Amazônia, na companhia de sua esposa Lya, registrou o percurso em fotografia para, posteriormente, transformar em slides que foram apresentados nas comunidades do interior. Ou seja, esta postura evidencia que ele se considerava uma fonte de informação e de conhecimento para os ouvintes da região.

5 “A REVOLUÇÃO QUE ENTERROU O PASSADO”

Para os seus apoiadores, o golpe civil-militar tinha a finalidade de salvar a democracia do perigo que era a subversão política. Esse foi um discurso recorrente nos grandes meios de comunicação, que eram referência jornalística para Müller e, por isso, não é nenhuma surpresa que ele acolha tal discurso. Em seu programa do dia 6 de outubro de 1965, busca justificar essa leitura do passado recente, estabelecendo uma relação entre o golpe de 1964 e outros eventos históricos nos quais os militares interferiram no cenário político. O programa começa com a seguinte consideração. “Nós somos democratas no bom sentido da palavra, mas nem por isso podemos deixar de admitir atos antidemocráticos que sirvam para salvar a democracia. Parece um contrassenso, mas não o é”. (MÜLLER, 6/10/1965).

Na sequência, Müller estabelece que, em 1945, embora não tivesse previsão de semelhante ato na Constituição vigente, os militares derrubaram Getúlio Vargas com o intuito de colocar fim ao Estado Novo para reestabelecer a democracia. O golpe de 1964 seria o mesmo tipo de iniciativa e, portanto, iria levar o país ao retorno da normalidade democrática, ainda que tomasse meios antidemocráticos para tanto. É interessante destacar que essa provocação se repete nos programas que criticam a hipocrisia dos setores da oposição ligados ao varguismo, que denunciavam que o país estava virando uma ditadura, mas que apoiaram o Estado Novo. Para Müller, estava claro que a grande preocupação desses setores era com projetos políticos pessoais possibilitados nos governos de Getúlio Vargas e não com a democracia em si. Para finalizar essa consideração, alguns anos depois, em 21 de setembro de 1968, Müller critica a postura de deputados da oposição que se opuseram à realização de uma sessão especial em homenagem ao então falecido Castelo Branco, mas que faziam questão de saudar Getúlio Vargas. (MÜLLER, 21/9/1968).

O “Comentário de Frente” de 6 de outubro de 1965 ainda considera outros eventos históricos: em 1955, o Marechal Henrique Lott também havia interferido no processo político para garantir a eleição de Juscelino Kubitschek. Nesse contexto, a interferência dos militares, que depuseram João Goulart, inseria-se num conjunto de momentos históricos nos quais as Forças Armadas desempenharam um papel de defensores do regime democrático. Percebe-se aqui que a campanha anti-Jango, presente nos grandes meios de comunicação, teve sucesso em associar o então presidente aos perigos do comunismo e à hipótese de que o país se encontrava nos seus últimos dias de liberdade democrática por causa do presidente trabalhista.

Em outubro daquele ano, poucos dias após a decretação do Ato Institucional número 2,

que ampliava os poderes do Executivo e novamente permitia que o governo afastasse funcionários públicos e deputados acusados de corrupção ou subversão, Müller usou o seu programa para reafirmar essa leitura do golpe de 1964.

Nós, particularmente, voltamos a repetir, jamais desejaríamos permanecer em estado de exceção, mas a história universal nos aponta exemplos vários que admitem, até certo ponto, atos antidemocráticos para salvar a própria democracia. E o Ato Institucional 2 tem justamente esse sentido. Queira Deus que as medidas que se seguirem ao Ato Institucional não nos leve a uma ditadura, nem mesmo temporária. (MÜLLER, 29/10/1965).

Tratava-se de um ato antidemocrático para salvar a democracia. Podemos perceber que Müller reconhecia o rompimento institucional do golpe de 1964, mas não coloca em dúvida o propósito de retorno à normalidade democrática. Essa postura era compartilhada por muitos naquela época, contudo, com a sucessão de atos institucionais, cassações de deputados e outras medidas, como fechamento do Congresso no contexto da elaboração da Constituição de 1967, ficaria evidente para alguns setores que o Brasil havia se tornado uma ditadura.

Além disso, podemos destacar que o radialista considera a história como um repositório de exemplos a partir dos quais podemos aprender com o passado. Essa noção recupera o conceito de história da expressão *Historia Magistra Vitae*, ou História mestra da vida, segundo o qual, ao olhar para o passado, este entendido como fonte de exemplos, podemos estabelecer regras gerais uma vez que a experiência humana operava dentro de um espaço contínuo e ciclo. (KOSELLECK, 2006). Nessa perspectiva, a história pode ser entendida como um caminho para o aperfeiçoamento moral e, como veremos mais adiante, essa ideia terá implicações na forma como o radialista entendia o ofício do historiador.

Se muitos apoiadores do golpe passariam para a oposição com o endurecimento do regime, Müller, durante todo o período estudado, não demonstrou mudar o seu entendimento de que o regime era necessário porque o objetivo da “Revolução de 1964” não havia se concretizado. No trecho de um comentário, destacado a seguir, podemos ver como Müller estava entendendo a ditadura civil-militar após todo o processo de consolidação do Estado de segurança nacional, comentado no capítulo anterior:

Ninguém desconhece, ou pelo menos ninguém deveria desconhecer, que continuamos vivendo no Brasil um regime de exceção, desde a Revolução de Março de 1964. Os homens responsáveis por esta revolução continuam decididos a mantê-la pelo espaço que julgarem necessário, até que a vida política possa ser reencetada. E isto que está ocorrendo com o nosso país é o lógico e o natural. Ninguém faz uma Revolução, que se torna vitoriosa, por espaço de tempo limitado. (MÜLLER, 25/8/1969).

Podemos perceber que Müller entendia que o Brasil se encontrava em um período de

transição para a normalidade democrática ainda que o país vivesse em um regime de exceção. Essa noção e outros elementos de seus discursos estavam em concordância com a linguagem do próprio regime militar, como podemos perceber nesse trecho do preâmbulo do AI-2:

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional. (Ai-2).

Se para o regime militar, a necessidade de tranquilidade para o desenvolvimento das reformas servia de justificativa para a eliminação dos resquícios de democracia que o país ainda tinha, Müller parecia estar de acordo com esse entendimento. Destaca-se ainda o reconhecimento em comum de que o país não se encontrava em um estado de direito, mas em um período *excepcional* no qual medidas *excepcionais* eram aceitas. Para Müller era um regime de exceção, o que dizia com todas as letras, ao passo que o regime militar caracterizava a si mesmo como uma “democracia restrita”. Além disso, o período no qual essas medidas seriam consideradas aceitas, não estava fixado e se exigia paciência da sociedade uma vez que as reformas consideradas necessárias precisavam de tempo para se consolidar.

No “Comentário de Frente” do dia 6 de outubro de 1965, Müller caracteriza as eleições para governador de 1965 como erro do “alto espírito democrático” de Castelo Branco e comenta “O povo ainda não está preparado para decidir pelo voto se foi bom ou não o governo revolucionário” (MÜLLER, 6/10/1965). A democracia poderia ser um ideal, mas o país não estava pronto para vivê-la porque os resultados das eleições poderiam atrapalhar o projeto político iniciado com o golpe de 1964.

Como poderia Müller defender a democracia como um ideal, mas ao mesmo tempo ser refratário às eleições de 1965? Acredito que a resposta para essa questão está no programa de 12 de outubro de 1965, no qual Müller, após novamente afirmar que defende o regime democrático, destaca que é um crítico dos nossos políticos. Essa diferenciação permite que ele entenda que as medidas autoritárias da ditadura civil-militar eram contra os políticos considerados corruptos e subversivos, mas não contra a democracia em si. Muito pelo contrário, essas medidas eram necessárias para o retorno à normalidade democrática uma vez que a

corrupção e a subversão foram justamente os fatores que abalaram o regime democrático de 1945 a 1964.

Ainda no mesmo programa, Müller argumenta que os homens públicos eleitos pela população faltavam em consciência dos interesses coletivos e patrióticos porque eram movidos por projetos pessoais de poder e enriquecimento. O problema é que o povo escolhia os seus representantes baseados em atos demagógicos e populistas, não pela boa capacidade de administração da coisa pública. Em abril daquele ano, após criticar a imoralidade que dominava no Congresso, Müller mais uma vez se define entre os defensores do regime democrático, mas não deixa de acrescentar: “A solução não é um regime de forças. O remédio é separar o joio do trigo e fazer com que o povo brasileiro saiba escolher melhor os seus representantes, aqueles que efetivamente preocupam-se com soluções coletivas e não pessoais”. (MÜLLER, 29/4/1965).

Podemos perceber que o radialista optava por abordar o assunto das cassações como resultado único e exclusivo de disputas político-partidárias que diziam respeito somente ao Congresso nacional e não ao âmbito social. Desse modo, ele isentava a ditadura de estar reprimindo a sociedade civil, uma vez que seu único alvo eram os políticos considerados indesejáveis. Fazendo isso, Müller silenciava-se ou dava pouco destaque aos demais atos repressivos que afetavam os sindicatos, os funcionários públicos, os movimentos estudantis e a classe artística.

Retornaremos a esse comentário na última parte desse capítulo, no momento, destaco que, para Müller, a experiência democrática de 1945 até 1964 era criticada porque os homens públicos eleitos agiam de forma demagógica, beneficiando grupos regionais e específicos e não a sociedade brasileira como um todo. Esse entendimento servirá como base para justificar uma reforma moral, ou uma medida de saneamento, do parlamento brasileiro.

Adotando essa linha de argumentação, em diversos programas, Müller desmerece os pronunciamentos que denunciavam o regime em vigor como uma ditadura. Segundo ele, não se tratava de uma democracia plena, mas era um regime necessário para preparar o país ao retorno à normalidade democrática. Em 24 de maio de 1966, Müller procura se posicionar sobre o regime no qual o país estava vivendo.

A observação atenta sobre a administração brasileira, nos serviu para entendermos o regime atual como uma ditadura administrativa, exercida pelo governo revolucionário. E é, convenhamos, uma situação lógica do governo empossado por uma revolução. Não se poderia conceber outra atitude, senão esta. Se a revolução, certa ou não, foi feita contra uma situação de fato, é porque os vitoriosos desta

revolução não podem admitir o retorno ao passado. E pra isso é necessário um regime de força, mesmo disfarçado numa democracia. (MÜLLER, 24/5/1966).

A articulação de um governo administrado de forma ditatorial simbolizava um marco temporal na história. Nessa perspectiva, o golpe de 1964 era um salto no tempo. O passado, para o qual não poderíamos retornar, representava os governos anteriores, marcados pelos políticos demagógicos e os perigos da subversão política. Paradoxalmente ou não, como vimos em trecho anterior, o passado ao mesmo tempo era um repositório de exemplos (intervenções das Forças Armada) que serviam para justificar o presente (a ditadura civil-militar). Em artigo intitulado “O Sentido do Passado”, Hobsbawm (1998) argumenta que a utilização do passado como molde para o presente não implica em imobilidade social uma vez que esse passado está sendo sujeito a novas leituras e valorizações e, em alguns casos, até invenções. Dessa forma, podemos entender porque o golpe militar de 1964 possa significar ao mesmo tempo a superação de um certo passado (os governos de 1945 à 1964) e a repetição de outro passado (intervenções das Forças Armadas).

Apesar de suas posições convictas acerca do regime, Müller pontuava que era preciso ter cuidado com as paixões pessoais e olhares afetados pela proximidade com o contexto analisado. Esta preocupação pode ser vista no trecho destacado a seguir:

(...) os episódios das histórias de qualquer nação jamais pode-se [sic] julgar no mesmo instante sobe o perigo de se cometer grandes injustiças. O calor da luta tem marcante influência na consciência do historiador. Também os homens não podem ser analisado [sic] no seu aspecto total, num primeiro contato. Seus méritos e seus defeitos vão surgindo com os passar dos tempos. A revolução de 31 de março de 1964 ainda não pode merecer um julgamento histórico completo e justo, porque a fase principal desta revolução está acontecendo agora. (MÜLLER, 21/6/1965).

Nesse trecho, podemos perceber que, segundo o radialista, a história operava de forma semelhante a um “tribunal de apelação para as disputas e incertezas do presente” (HOBSBAWM, 1998), o que significa dizer que possui a função moral de julgar e distribuir sentenças em relação aos acontecimentos passados. Recuperando a noção de *Historia Magistra Vitae*, a história como fonte de exemplos de instrução para a vida, podemos entender que a disciplina tinha um papel moralizador.

Se por um lado, Müller defende a distância histórica e a objetividade para o julgamento, por outro, acrescenta que “há certas coisas que a gente já pode ir analisando” (MÜLLER, 21/6/1965). No caso, o combate à inflação e a cassação de direitos políticos de deputados considerados corruptos e subversivos eram dignos de elogios. O radialista entendia que o projeto revolucionário de 1964 não se resumia ao afastamento de Jango e à convocação para

novas eleições. Na sua perspectiva, que não era acordo entre os golpistas, cabia ao “governo revolucionário” ditar os rumos da economia e “moralizar” o cenário político. Só assim poderia se afastar da catástrofe que se anunciava com João Goulart.

Em programa do dia 18 de abril de 1969, no qual comenta o Ato Institucional número 5, após afirmar que trata de um assunto melindroso por força da incompreensão de muitos, Müller demonstra mais um pouco sobre como entendia o lugar que o golpe de 1964 ocupava na história.

As cartas foram dadas e a revolução fez o lance. Os que acharem que é um blefe paguem pra ver as consequências [...] não há clima para a oposição continuar insistindo na volta ao passado. A revolução quer e vai enterrar o passado. A revolução deseja outra ordem das coisas. (MÜLLER, 18/4/1969).

Considerando tais apontamentos, é possível dizer que, para ele, a oposição representava o passado. Baseando nos exemplos históricos que extraía do passado, uma nova fase administrativa seria inaugurada com a revolução de 1964, na qual o cenário político seria moralizado com o afastamento dos políticos subversivos e corruptos. Destaca-se também que o cenário das cassações era abordado em termos estritamente político-partidários, silenciando-se sobre as consequências sociais desses atos, de modo a passar a imagem de que a sociedade civil não era alvo das medidas autoritárias do regime.

5.1 CASTELO BRANCO, “O CAPITÃO DO BARCO EM FRENTE AO ABISMO”

Müller não hesitava em demonstrar a sua admiração pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco. Mesmo quando comentava sobre o governo estadual de Meneghetti ou Perrachi Barcelos ou, mais tarde, de Costa e Silva, usualmente comparava essas figuras com Castelo Branco. Acredito que podemos entender um pouco dessa admiração no seguinte trecho proveniente do programa do dia 16 de novembro de 1965:

Figura de estadista, brasileiro até a raiz dos cabelos, homem que inspira confiança pela convicção de suas afirmativas, o Presidente Castelo Branco já pode se considerar como um presidente que desempenhou o papel mais importante numa fase aguda de nossa pátria. (MÜLLER, 16/11/1965).

Castelo Branco representava o mais fino patriotismo, possivelmente em contraste com

João Goulart, Brizola e demais trabalhistas que, por suas aproximações com os ‘‘comunistas’’ e ‘‘subversivos’’, eram considerados ‘‘nacionalistas de araque’’. Mas, além disso, o que tornava Castelo Branco um estadista especial era a sua personalidade forte, a imposição de sua autoridade, características consideradas por Müller como essenciais nos tempos que o Brasil enfrentava. O trecho destacado a seguir do programa do dia 12 de março de 65 pode nos ajudar a entender melhor tal questão.

Devemos convir que deva existir personalidade marcante nos homens que escolhermos para dirigir a nação, o estado e o município. Em palavras simples julgamos que o homem escolhido para Presidente deva ser realmente O PRESIDENTE e não somente presidente da nação. (MÜLLER, 12/03/1965).

Pode parecer inicialmente um jogo de palavras que fala muito e diz pouco, no entanto, nesse comentário, Lauro está comparando Castelo Branco com o governador estadual Ildo Meneghetti. O primeiro é retratado como O PRESIDENTE, escrito assim mesmo, em maiúsculo e com o artigo definido. Entende-se que o sujeito está imbuído de uma autoridade pessoal inquestionável, enquanto o segundo não passava de apenas um governador qualquer. No caso específico, Müller criticava a troca de quadros administrativos no governo de Meneghetti, pois isso demonstrava a falta de planejamento e capacidade de liderança. Castelo Branco, por outro lado, era elogiado por seu plano de governo desenvolvido de forma coerente.

Por isso, não surpreende que muitos dos seus programas eram dedicados para defender o general da impopularidade e das denúncias de ser um ditador. Nesse aspecto, ele parecia incomodado com a mudança de posição dos meios de comunicação que criticavam o governo. A reviravolta de parte da imprensa brasileira, que depois de apoiar o golpe e aplaudir o novo governo, se voltava contra as mesmas pessoas, o mesmo governo, foi entendida por Müller como o abandono do ‘‘barco no primeiro perigo’’. (MÜLLER, 3/5/1966). A metáfora do barco em perigo guiado por um capitão, no caso Castelo Branco, iria aparecer diversas vezes e simbolizava o entendimento de que o país se encontrava em um momento difícil e as críticas dirigidas ao governo não contribuíam para o progresso da nação, conforme podemos notar no trecho a seguir:

A gente não deve abandonar o barco com o primeiro sinal de naufrágio. Justamente neste momento é preciso tranquilidade, segurança em si e equilíbrio nas descrições. Este lembrete serve para situar a nossa posição pessoal quanto as críticas que temos feito ao Governo Federal. Estas críticas não querem dizer que já tenhamos abandonado o barco, no qual livremente entramos na viagem da recuperação nacional. Quando escolhermos esta viagem, sabíamos das dificuldades que seriam encontradas para vencer todos os obstáculos. E hoje, quando aumentam as críticas ao governo federal, quando se sente uma certa intranquilidade por parte do povo na ação dos nossos homens públicos, quando se verifica que uma avaria poderá provocar um grande naufrágio, é preciso que aqueles que ontem aplaudiram o governo

revolucionário meditem nas suas críticas para que elas não alcancem um efeito negativo na coletividade, provocando uma inconstância geradora de catástrofe. (MÜLLER, 3/5/1966).

Müller apelava aos “revolucionários de primeira hora” que haviam passado para a oposição para que não procurassem abalar o governo. É importante destacar que, em 1966, a ditadura já havia cassado diversos mandatos, restringido o número de partidos para duas agremiações e o mandato de Castelo foi ampliado para 1967. Dessa forma, a expectativa alimentada por parte de alguns setores golpistas de que a intervenção militar não resultasse em um governo ditatorial foi frustrada. Müller, como já dito anteriormente, discordava dessa leitura, uma vez que via na necessidade de moralizar o cenário político a justificativa de todas essas medidas autoritárias. Portanto, apesar da impopularidade e arbitrariedade do governo Castelo Branco, não deveria se abandonar o “barco da Revolução” já que o país estava no caminho certo.

No programa em que comenta o acidente aéreo que matou o general Castelo Branco, Müller procurou exaltar as importantes reformas realizadas em seu governo, que teriam pavimentado o terreno para o governo das realizações, o que multiplicou o Brasil, o do taquariano Costa e Silva, do qual Müller comenta moderadamente, apesar de ter nascido na região dos ouvintes da Rádio. Nesse programa em homenagem ao então falecido, Müller não hesitou em deixar uma mensagem aos historiadores do futuro.

Se os nossos historiadores não fizerem justiça ao governo de Castelo Branco, o povo brasileiro o fará, reconhecendo nele a figura do governante que deu ao Brasil uma nova concepção em matéria administrativa, com um governo que acima de tudo restabeleceu a autoridade e o respeito ao Chefe da Nação. (MÜLLER, 19/7/1967).

Podemos perceber que, apesar de defender a importância de um distanciamento das paixões pessoais na defesa de causas públicas, como já referido anteriormente, em se tratando do Castelo Branco, Müller não hesitava em demonstrar elevada admiração. Deixava explícito que esse general inaugurou um novo momento histórico na condução político-administrativa do Brasil. Frente ao povo brasileiro, o seu legado seguiria imune aos possíveis apontamentos críticos de um trabalho de conclusão de curso.

5.2 “A SEPARAÇÃO DO JOIO E DO TRIGO”

“Chega de cassações Senhor Presidente”, assim começa o programa do dia 15 de outubro de 1966. Segue com o adendo abaixo:

A revolução realizou a maior reforma que precisava a nação: a reforma do caráter do homem brasileiro. Por medo ou por vergonha, seja porque for, já não se repetem os desfalques e as corrupções que nos habituamos antes. O Brasil já é um país respeitado pela lisura de seus governantes. Mas por mais que possamos admirar o governo Castelo Branco, não podemos esconder a nossa preocupação pelo reflexo das cassações de mandatos que se seguem, a criar cada vez mais, áreas de atritos dentro do próprio Governo Revolucionário. (MÜLLER, 15/10/1966).

Esse programa é um dos poucos momentos em que as cassações são criticadas por Müller. O usual era que essas medidas fossem interpretadas como parte do processo de moralização do cenário político. Como salientou o radialista, mesmo na ocasião em que criticava as cassações, a reforma moral era um dos projetos dos grupos políticos que assumiram o poder pela via golpista em 1964. No entanto, acredito que a leitura de Müller divergia dos militares e civis no poder, uma vez que as cassações e medidas semelhantes eram entendidas pelo regime nos quadros da “segurança nacional”, ao passo que Müller sempre fazia referência a uma moralização do caráter do homem brasileiro, provavelmente era forma como absorvia o discurso do “inimigo interno”.

No programa de 23 de julho de 1966, Müller critica a oposição do MDB que ameaçava renunciar os seus cargos parlamentares em protesto contra as cassações de mandatos. Tratava-se de uma medida ineficaz, segundo ele, pois a oposição deveria aceitar que o regime de exceção estava inserido em um ciclo revolucionário historicamente necessário para o Brasil. Em outras palavras, o país precisava passar por essas medidas antidemocráticas para poder retornar à democracia. Ao comentar sobre novas cassações (12/7/1966), Müller lembra que a revolução foi feita “contra um governo considerado perigoso para os destinos de nossa pátria”.

Segundo o radialista (MÜLLER, 23/1/1967), as atuais reformas abalavam “os alicerces de antigas concepções, feitos na podridão dos desmandos anteriores, quando o Banco do Brasil servia aos donos da nação com a facilidade de quem ali na bodega do Zé fosse comprar linguíça”. Nessa cômica referência, Müller apontava que os governos anteriores saqueavam os cofres públicos para enriquecimento pessoal o que contrastava com os governos militares, marcados pela lisura e integridade dos dirigentes da nação. Para Müller, o Brasil entrava em uma nova fase administrativa e, portanto, as antigas concepções precisavam ser destruídas, o que justifica a “violência revolucionária” que visava enterrar o passado e institucionalizar o poder em novas bases, novos partidos e, por fim, em uma nova Constituição. Todo esse cenário era usado de justificativa para a ditadura que estava se consolidando no país.

O apoio, contudo, não era ilimitado. Em 9 de julho de 1966, comenta que foi questionado por ouvintes sobre o seu silêncio em relação a uma nova leva de cassações, o que nos mostra que a aceitação de seu discurso na região não era unânime. Num primeiro momento, afirma que a “Revolução” continua e que tem força e poder para cassar os mandatos dos subversivos e corruptos que ameaçam a ordem atual das coisas. Mas abre uma exceção quanto a um caso específico. Naquele momento, o governo estava cassando deputados da ARENA que procuravam lançar Cirne Lima para governador do Estado em oposição ao escolhido na convenção do partido. Müller discorda da cassação do mandato desses deputados porque “trata-se de um ato político-eleitoral evidente, que atingirá parlamentares de reconhecidas capacidades”. De qualquer forma, não termina o programa sem dizer que os deputados em questão deveriam assumir o compromisso com o seu partido.

O movimento de oposição que mais parece surpreender Müller é a Frente Ampla, que, não suas palavras, “de frente não tem nada e de ampla falta tudo” (18 de outubro de 1967). O cerne da crítica feita ao movimento é a união entre políticos que tinham por costume trocar críticas no espaço público. Segundo ele, Lacerda, Goulart, Kubitschek e Jânio Quadros procuravam enganar o povo mais uma vez esperando que suas diferenças fossem esquecidas. Estavam inseridos no conjunto de imoralidade que havia marcado o Brasil antes do golpe e, mais uma vez, buscavam influenciar os rumos da nação para seus interesses pessoais.

Convencidos de suas popularidades pessoais, conquistadas na época em que a nação não tinha governantes, esses homens resolvem por si falar em nome do povo, como se o povo não estivesse enjoado de suas inconstâncias. Pregam e organizam uma agremiação pelas suas vaidades pessoais, na esperança de que seu público os acompanhe neste espetáculo triste da política nacional. (MÜLLER 22/11/1966).

Ao que parece, a união dos inimigos de ontem, para Lauro, demonstrava que a Frente Ampla não tinha um projeto que não fosse a vaidade pessoal dos seus integrantes.

No seu programa de 21/9/66, Müller definiu Jânio como “um presidente que fugiu das suas responsabilidades” e destaca que nenhum dos membros da Frente soube governar o Brasil quando teve a oportunidade. Lacerda é único que recebe algum comentário elogioso. Lacerda é “o derrubador de presidentes, foi o líder revolucionário por excelência (...) Corajoso, como sempre, ameaçado de intervenção federal, com sua vida em perigo, segundo ele mesmo afirmava, foi Carlos Lacerda o estopim da revolução, cabendo aos Militares o papel da dinamite” (21/9/1966). Mas, Lacerda agora era um traidor e sua aliança com Jango tratava-se de uma afronta ao povo brasileiro. O movimento foi definido como um “Panelão de vergonha, de braços dados, unidos num mesmo ideal, Jango e Lacerda, a água e o azeite, o joio e o trigo.”

(21/9/1966). A primeira impressão indica que a metáfora do joio e do trigo procura expressar que os políticos da Frente Ampla são incompatíveis e não poderiam se misturar tal como a água e o azeite. Essa metáfora é uma referência a uma passagem bíblica e acredito que pode conter um segundo significado. Müller já havia usado esta expressão bíblica em outras situações anteriormente analisadas, como no programa de 29 de abril de 1965, onde diz que “o remédio é separar o joio do trigo e fazer com que o povo brasileiro saiba escolher melhor os seus representantes, aqueles que efetivamente preocupam-se com soluções coletivas e não pessoais”.

Para esclarecer melhor o que esta expressão bíblica pode significar, extraímos da própria Bíblia a sua origem:

O reino dos céus é semelhante a um homem que semeou boa semente no seu campo. Mas enquanto os homens dormiam, veio um inimigo dele, semeou joio no meio do trigo e retirou-se. Porém quando a erva cresceu e deu fruto, então apareceu também o joio. Chegando os servos do dono do campo, disseram-lhe: Senhor, não semeaste boa semente no teu campo? pois donde vem o joio? Respondeu-lhes: Homem inimigo é quem fez isso. Os servos continuaram: Queres, então, que vamos arrancá-lo? Não, respondeu ele, para que não suceda que, tirando o joio, arranqueis juntamente com ele também o trigo. Deixai crescer ambos juntos até a ceifa; e no tempo da ceifa direi aos ceifeiros: Ajuntai primeiro o joio e atai-o em feixes para o queimar, mas recolhei o trigo no meu celeiro. (Mateus, 13:24-30).

Nesta passagem, diferente do trigo, o joio representa um produto indesejado, algo que foi plantado na colheita que, caso contrário, só produziria trigo. Pode não ter sido a real intenção de Müller, mas penso que, se considerarmos que o joio representa os deputados corruptos e subversivos, esta passagem bíblica serve para entendermos como a perseguição política na ditadura civil-militar era justificada. Nessa perspectiva, os subversivos e corruptos eram o obstáculo para consolidação do “projeto revolucionário” de 1964. Seria necessário separar o joio do trigo, ou seja, estabelecer que os direitos políticos fossem exclusividade dos considerados “bons brasileiros”, o trigo, enquanto que os indesejados, o joio, deveriam ser excluídos ou até, como diz a passagem bíblica, queimados.

Em 5 de julho de 1968, ao comentar sobre os eventos que marcaram a crise política de 1968, Müller critica a Assembleia Legislativa do Estado, que, por decisão da bancada oposicionista, encontrava-se em reunião extraordinária durante todo o mês de julho. O motivo dessa sessão era a forte manifestação dos estudantes contra ausência de democracia, a reforma universitária e a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, morto em um protesto estudantil. Segundo Müller, tratava-se de um ato demagógico por parte de alguns parlamentares que se aproveitam da classe estudantil para arvorar-se defensores do direito humano de protestar contra arbitrariedades do “poder da força”. Insiste, em seguida, que é contra “o poder da força”, mas

a desordem causada por uma minoria de estudantes insatisfeitos, “que correm ruas com retratos de Che Guevara”, não poderia ser tolerada.

Em dezembro de 1968, o AI-5 seria decretado e nenhum comentário sobre essa medida pode ser encontrada nos arquivos do programa “Comentários de Frente”, o que pode nos ajudar a levantar questões sobre o impacto imediato do Ato Institucional. Contudo, em fevereiro, salientou que jamais o governo esteve tão decidido e com tamanho poder para realizar a reforma moral (4/2/1969). Nesse sentido, se muitos apoiadores perceberam o AI-5 como uma ruptura, um “golpe dentro do golpe”, para Müller significava um avanço na capacidade do governo de reformar a sociedade segundo os seus moldes.

Por fim, considero central o entendimento de que os “ideias revolucionários” de 1964 para Müller, no período abordado, não se resumiam a afastar João Goulart e não ficaram ultrapassados no período abordado (1964-1968). O importante é que, para Müller, essa imoralidade que havia marcado o passado, ainda se encontrava presente e, portanto, os “atos revolucionários” continuavam sendo necessários. Somente com “a separação do joio do trigo”, o país poderia voltar à normalidade democrática, agora livre de deputados “demagógicos” que manipulavam e iludiam o povo. A concepção de que o autoritarismo de Estado se exercia contra os políticos e não contra a democracia em si parece ser essencial para entender tal raciocínio. A função do golpe de 1964, nesse cenário, era enterrar o passado brasileiro e dar origem a uma nova fase administrativa, marcado pela lisura e respeitabilidade dos governantes. Destaca-se o governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco que, por força da sua personalidade marcante, segundo Müller, foi capaz de guiar esse barco em meio ao risco constante de naufrágio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rádio foi um veículo de comunicação que chegou ao Brasil vinculado aos interesses das elites econômicas e culturais. Se no centro do país, disputava lugar com o jornal e com a televisão, na década de 1960, nas regiões interioranas, como é o caso do Vale do Taquari, este veículo de comunicação acabava sendo, em muitos locais, a principal fonte de notícias. A partir deste entendimento, o estudo abordou as opiniões do radialista Lauro Mathias Müller, emitidas no seu programa “Comentário de Frente”, apresentado na Rádio Independente de Lajeado, referente aos dois primeiros governos da ditadura civil-militar.

À primeira vista, o que chama a atenção, e que despertou minha curiosidade para a escolha deste tema de pesquisa, é que o radialista se referia ao golpe de 64 como “Revolução”. Nas análises, procurei destacar a forma como Müller comentava o processo histórico que o país vivia naquele período. Foi possível perceber que, na perspectiva do radialista, a ditadura civil-militar significava um momento histórico importante que estava justificado por repertório de exemplos nos quais as Forças Armadas interviam no processo político para salvar a democracia e moralizar o cenário político.

Também, fica explícita a sua simpatia pelo governo Castelo Branco, que intitulava como um homem que não era apenas um líder colocado no poder, mas que tinha características pessoais de um chefe de Estado. Ou seja, sua autoridade e capacidade de desenvolver um plano de governo coerente o diferenciavam, além de ser, segundo o radialista, um homem íntegro no sentido moral e patriota. Muitos programas foram a ele dedicados para combater a sua impopularidade. Como referido anteriormente, no comentário levado ao ar logo após a morte de Castelo Branco, apareceu preocupação com a postura dos historiadores porque temia uma possível falta de reconhecimento deste governo.

A questão da segurança nacional era entendida, nos comentários analisados, como uma “Reforma Moral”, uma vez que o cenário político estava infestado por políticos “subversivos” e “corruptos”. Müller entendia que as cassações e a repressão à sociedade civil eram necessárias para sanear o país desses sujeitos considerados indesejáveis. Cabe destacar aqui o silenciamento do radialista sobre as consequências sociais da repressão e a escolha de uma abordagem estritamente político-partidária do assunto, como se a sociedade civil não fosse alvo do autoritarismo de estado.

Neste estudo, não foi possível avaliar o grau de influencia das ideias do radialista junto ao público ouvinte, pois exigiria a utilização de outras fontes de pesquisa. Mas, entendo que este

trabalho possa contribuir para a compreensão do papel da radiodifusão na ditadura civil-militar, especialmente em espaços fora dos grandes centros urbanos. Também foi importante na minha formação acadêmica. Tive a oportunidade de desenvolver um olhar histórico, a partir de um estudo de caso, de como o cenário político nacional influenciava uma empresa de comunicação do interior do Rio Grande do Sul. Além disso, para a Rádio Independente, empresa onde realizei o estudo, a pesquisa está sendo útil na continuidade da elaboração do Memorial da emissora, projeto profissional ao qual tenho me dedicado desde 2017.

Por fim, desejo acrescentar que, quanto à expectativa do radialista de que Castelo Branco fosse reconhecido como um chefe de Estado exemplar, lamento informar que os louros não foram credenciados conforme desejava, pois a história acadêmica não tem o objetivo de levantar bustos, como diria Bertold Brecht: “Triste do povo que precisa de heróis”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 -1984)**. 2. ed. Petropolis, RJ: Editoria Vozes Ltda, 1984.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARÊAS, João Braga. Os Marinho: O Monopólio Brasileiro do Setor de Comunicação. In: PEDREIRA, Pedro Henrique; MOTTA, Rafael Vaz (Orgs.). **Os Donos do Capital**. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação Ltda, 2017.
- BAUER, Carolina S. O Departamento de ordem política e social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de estado e ação de Polícia política durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. **Revista Ágora**, Vitória, n. 5, p. 1-31, 2007.
- BISCHOFF, Tamara. **Encontro de Opiniões**. Um estudo de caso do programa Encontro Maior, veiculado pela Rádio Independente de Lajeado, RS. Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Jornalismo, São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- BORGES, Rodolfo. Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções. **El País**, São Paulo, mai. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 2003.
- BURKE, Peter. **A escola dos annales, 1929-1989 - a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, [1992]. p. 13.
- CALABRE, Lia. **O historiador e o rádio: relações em questão**. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA, [S.l.], 2004. Disponível em: <http://rubi.casarui Barbosa.gov.br/bitstream/fcrb/465/2/Lia%20Calabre_O%20Historiador%20e%20oRadio.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.
- CARVALHO, Lucas Borges. A política da radiodifusão no Brasil e seu marco legal: do autoritarismo ao ultraliberalismo. **Revista de Direito Administrativo**, [S.l.], v. 264, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/14084>>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio, Populismo, e Cultura: Brasil e Argentina (1930-1955). Intercom – **Rev. Bras. de Ciênc. da Com.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 23-32, jan./jun., 1996. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/896/799>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. **Rádio e política:** tempos de Vargas e Perón. 1992. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Departamento de Comunicações e Artes, São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131782>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico. 1960. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/index.php>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

KISCHINHEVSKY, Marcelo et al. **Desafios metodológicos nos estudos radiofônicos no século XXI.** In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Rio de Janeiro, RJ, 4 a 7 set. 2015. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0989-1.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul:** da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, mai./ago., 2017.

_____. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. **Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país:** um estudo do rádio de 1930 a 1945. 2006. 219 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestre em Bens) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2125>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: _____. (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia:** 1964-2010. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 5, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010. p. 5).

RODEGHERO, Carla. **Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar:** o caso do Rio Grande do Sul. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, [S.l.], 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211988823_ARQUIVO_rodegheroanaisanpuh2008.pdf>.

Acesso em: 03 jun. 2018.

SCHIERHOLT, José Alfredo; FELDENS, Greici. **Rádio Independente 950 AM: 60 anos no Ar.** Lajeado, RS: Rádio Independente, 2011.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010.** 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 5, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010. p. 5).

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira.** São Paulo: Difel, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista,** São Paulo: Ed. Revan, v. 1, n. 19, p. 27-48, 2004.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega, 1993.

WASSERMAN, Cláudia. O golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** 3. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

BEYOND Citizen Kane. Diretor: Simon Hartog. 1993.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer; LONGO, Guilherme. **As rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e seus contextos históricos no período de instauração da ditadura.** In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Foz do Iguaçu, PR, 2 a 5 set. 2014. Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-0348-1.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

DOCUMENTAÇÃO

Programa do dia 12 de março de 1965. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 29 de abril de 1965. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 21 de junho de 1965. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 6 de outubro de 1965. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 12 de outubro de 1965. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 29 de outubro de 1965. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 16 de novembro de 1965. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 3 de maio de 1966. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 24 de maio de 1966. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 9 de julho de 1966. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 12 de julho de 1966. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 23 de julho de 1966. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 21 de setembro de 1966. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 22 de novembro de 1966. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 23 de janeiro de 1967. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 19 de julho de 1967. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 18 de outubro de 1967. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 5 de julho de 1968. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 21 de setembro de 1968. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 4 de fevereiro de 1969. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 18 de abril de 1969. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

Programa do dia 25 de agosto de 1969. Folha Única. Arquivo do Grupo Independente.

ENTREVISTAS DA RÁDIO INDEPENDENTE DISPONÍVEIS EM ARQUIVO ELETRÔNICO

ARRUDA, Ney dos Santos. Entrevista concedida a Dirce Becker Delwing. Lajeado: Rádio Independente, 22 de outubro de 2010.

GARCIA, Alexandre. Entrevista concedida a Dirce Becker Delwing. Lajeado: Rádio Independente, 11 de novembro de 2010.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 03 mar. 2018.